

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

Senhores Acionistas,

A Administração da Metalúrgica Riosulense S.A. apresenta para apreciação e análise, as informações relevantes sobre o desempenho da Companhia durante o exercício de 2024, bem como as demonstrações financeiras do exercício, acompanhadas de notas explicativas e do relatório da auditoria externa.

1 - DESEMPENHO OPERACIONAL

No exercício de 2024 a Receita Operacional Líquida (ROL) totalizou R\$ 380.752 mil, contra R\$ 341.433 em 2023, apresentando, portanto, um aumento de 11,52%.

As vendas internas atingiram R\$ 345.528 mil, representando 90,75% da ROL, com aumento de 11,81% em relação à 2023. As vendas externas totalizaram R\$ 35.224 mil, atingindo 9,25% da ROL, importando num aumento de 8,72% em relação ao desempenho de 2023.

O resultado líquido consolidado da Companhia ficou positivo em R\$ 58.732 mil, representando 15,43% da ROL. Em 2023, a Companhia registrou um lucro de R\$ 54.126 mil, equivalente a 15,85% da ROL.

O EBITDA ficou positivo em R\$ 91.484 mil, com redução de 1,74% sobre o resultado obtido em 2023 em virtude do aumento das despesas. O indicador EBITDA está adequado a instrução CVM 156 de junho de 2022, inclusive nas bases comparativas. A adequação não originou diferenças significantes no resultado e históricos apresentados.

Demonstrativo: EBITDA	dez/24	dez/23
Receita operacional líquida	380.752	341.433
Custos dos produtos/serviços vendidos	-222.632	-194.204
Resultado bruto	158.120	147.229
(-) Despesas com vendas e distribuição	-34.889	-28.203
(-) Despesas gerais e administrativas	-21.664	-18.678
(-) Despesas administração da produção	-13.061	-11.991
(+) Outras receitas e despesas operacionais	-3.610	-1.721
Resultado da Atividade	84.896	86.636
(+) Depreciação/Amortização	6.588	6.466
EBITDA	91.484	93.102
Margem EBITDA (%)	24,03%	27,27%

2- FATOS RELEVANTES DO EXERCÍCIO

a) No primeiro trimestre de 2024, a Companhia aderiu ao BNDES/FINAME através da instituição financeira ITAÚ no valor de R\$ 6.178. Para o terceiro trimestre de 2024, a Companhia contratou um novo BNDES/FINAME na mesma instituição no montante de R\$ 3.152, somando R\$ 9.330. Esses recursos foram alocados na aquisição de novos equipamentos de produção, fortalecendo o desenvolvimento estratégico da Companhia. O principal objetivo desses investimentos é ampliar a capacidade produtiva, o que deverá resultar no aumento da receita e na expansão da participação da empresa no mercado.

b) No terceiro trimestre de 2024 a Companhia realizou a doação de um terreno valor de R\$ 2.008 para a CELESC Distribuição S/A para a realização da construção de uma nova subestação de energia elétrica. Essa operação foi realizada com o objetivo de aumentar o fornecimento de energia elétrica por parte da distribuidora a Companhia, e assim expandir a capacidade fabril.

c) Também no terceiro trimestre de 2024, a Companhia realizou a baixa por prescrição e decadência os débitos com o SESI e SENAI no valor de R\$ 4.400. O valor mencionado trata-se

e 254 (Processo n. 18/2013) firmados em 13-8-2013, na Câmara de Indústria e Comércio – CNI.

d) No quarto trimestre de 2024, a Companhia aderiu ao FINEP através da instituição financeira Banco ABC. O montante obtido foi de R\$ 4.000 e foi alocado para a adequação das máquinas produtivas, visando o cumprimento das exigências estabelecidas pelas normas técnicas de segurança do trabalho, assegurando maior segurança operacional e aumento da produtividade.

Todos esses fatos estão descritos com maiores detalhes nas Notas Explicativas dessa publicação.

Os resultados atingidos mostram maior segurança, consolidação dos valores, e principalmente, seriedade da Companhia, frente aos colaboradores, à toda cadeia de suprimentos, e as parcerias estratégicas.

3 – RECEITA LÍQUIDA

A Receita Operacional Líquida (ROL) acumulada em 2024, registrou aumento de 11,52%, em relação à 2023.

Os principais responsáveis pelo aumento da performance foram o mercado de reposição/revenda (mercado interno) e a exportação, registrando aumento na receita líquida de 14,66% e 11,66% respectivamente.

DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2023	Variação
Mercado Interno	343.041	307.659	11,50%
Mercado Externo	37.711	33.774	11,66%
RECEITA LÍQUIDA	380.752	341.433	11,52%

4 – CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS

O custo dos produtos vendidos (CPV) no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, atingiu R\$ 222.632 (R\$ 194.204 em 2023), representando 58,47% da Receita Operacional Líquida (56,88% em 2023), com crescimento de 1,59% em relação a ROL.

DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
CPV	-222.632	-194.204
% s/ ROL	-58,47%	-56,88%

5 – DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais compreendem as despesas gerais, administrativas e comerciais, somaram R\$ 73.191 em 12/2024 (R\$ 60.560 em 2023), absorvendo 19,22% da receita operacional líquida (ROL), com crescimento de 20,86%.

DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
Despesas Operacionais	-73.191	-60.560
% s/ ROL	-19,22%	-17,74%

6 – EBITDA

Em 31 de dezembro de 2024, o EBITDA atingiu o valor de R\$ 91.484 (R\$ 93.102 em 2023). Destaca-se a redução de 1,74% em relação à 2023.

DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
(=) Lucro Operacional Bruto	158.120	147.229
(-) Despesas Gerais e Administrativas	-21.664	-18.678
(-) Despesas de Vendas	-34.889	-28.203
(-) Despesas Administração da Produção	-13.061	-11.991
(-) Outras Despesas/Receitas	-3.610	-1.721
(+) Depreciação/Amortização	6.588	6.466
Ebtida	91.484	93.102

7 – RECEITA/DESPESAS FINANCEIRAS

O resultado financeiro líquido da Companhia até 31 de dezembro de 2024 totalizou R\$ 1.641 positivos, representando 0,43% da ROL, contra R\$ 4.085 negativos no mesmo período de 2023 representando -1,20% da ROL.

8 – LUCRO OPERACIONAL E RESULTADO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresentou lucro operacional de R\$ 158.120, desconsiderando-se os efeitos financeiros, representando 41,53% da receita operacional líquida. Em 2023 o lucro operacional acumulado foi de R\$ 147.229 o que representa 43,12% sobre a receita operacional líquida. O resultado líquido acumulado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 58.732 positivos, contra R\$ 54.126 positivos em 2023.

9 – CICLOS FINANCEIROS – DIAS

Os ciclos financeiros em dias comparativos do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, são como segue:

DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2023	Variação
Prazo Médio de Recebimento	39	42	-3
Prazo Médio de Pagamento	37	39	-2

10 – INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados pela Companhia no exercício de 2024, totalizaram R\$ 22.297. Estes recursos foram destinados para aquisição de máquinas, equipamentos, ferramentais e softwares necessários à produção.

11 – RECURSOS HUMANOS

Em 31 de dezembro de 2024, o quadro de colaboradores era de 875 contra 803 em 31 de dezembro de 2023, mantendo assim o seu quadro de acordo com as necessidades da Companhia.

12 – DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em atendimento a Instrução CVM nº 80/2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com essas Demonstrações Financeiras e com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes referentes às mesmas. Em conformidade com a Instrução CVM 162, de 13 de julho de 2022, e ao Ofício Circular CVM/SNC/SEP Nº 01/2007, declaramos que os Auditores Independentes não prestaram outros serviços à Companhia, além de auditoria externa no presente exercício.

13 – AGRADECIMENTOS

A administração agradece o apoio e a confiança que recebeu e têm recebido continuamente dos acionistas, funcionários, clientes, fornecedores e entidades com as quais se relaciona e espera continuar merecendo a mesma confiança no futuro.

A Administração

METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.
Balanço Patrimonial Encerrado em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		12.2024	12.2023	12.2024	12.2023
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.350	6.475	1.351	6.475
Aplicações financeiras	5	57.971	62.923	57.971	62.923
Clientes	6	55.180	47.691	55.444	47.924
Estoques	7	97.519	66.202	97.519	66.202
Impostos a recuperar	8	1.224	1.106	1.335	1.201
Outros créditos		2.050	1.983	2.050	1.983
Despesas antecipadas		298	425	309	435
Total ativo circulante		215.592	186.805	215.979	187.143
Ativo não circulante					
Impostos a recuperar lp	8	1.263	852	1.263	852
Depósitos judiciais	19	1.522	1.628	1.522	1.628
Empréstimo empresa ligada	22	1.432	1.352	0	0
Outras Contas a Receber		284	484	284	484
Despesas antecipadas lp		115	0	115	0
		4.616	4.316	3.184	2.964
Propriedade para investimentos	9	69.568	69.310	69.568	69.310
Outros investimentos	9	114	102	103	102
Investimentos em Coligadas e Controladas		273	309	284	309
Imobilizado	10	105.533	97.598	105.535	97.600
Intangível	11	380	251	380	251
		175.868	167.570	175.870	167.572
Total ativo não circulante		180.484	171.886	179.054	170.536
Total do ativo		396.076	358.691	395.033	357.679

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.
Balanço Patrimonial Encerrado em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	12.2024	12.2023	12.2024	12.2023
Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)					
Passivo circulante					
Fornecedores	12	15.345	15.679	15.661	15.958
Empréstimos e financiamentos	13	5.725	3.791	5.785	3.678
Obrigações sociais e trabalhistas	14	13.159	16.784	13.159	16.784
Impostos a recolher	15	3.824	3.392	3.824	3.392
Parcelamento tributário	16	23.633	24.169	23.633	24.169
Refis	16.a	615	582	615	582
Outras obrigações		14.385	13.686	14.394	13.689
Total passivo circulante		76.686	78.083	77.071	78.252
Passivo não circulante					
Fornecedores lp	12	53	0	53	0
Empréstimos e financiamentos lp	13	11.861	3.118	11.861	3.118
Parcelamento tributário lp	16	19.021	38.969	19.021	38.969
Refis lp	16.a	2.366	2.821	2.366	2.821
Tributos diferidos	24.b	12.583	15.044	12.583	15.044
Provisão para contingências	17	35.980	30.329	35.980	30.329
Outras obrigações pl		271	35	271	35
Passivo a descoberto	9.b	1.428	1.181	0	0
Total passivo não circulante		83.563	91.497	82.135	90.316
Total do passivo		160.249	169.580	159.206	168.568
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)					
Capital social	18.a	36.663	36.663	36.663	36.663
Ajustes de avaliação patrimonial	18.b	24.768	25.066	24.768	25.066
Ajuste de Conversão AAP		23	17	23	17
Reservas Incentivos Fiscais		23.116	13.942	23.116	13.942
Reservas Invest. Capital de Giro		94.347	61.473	94.347	61.473
Reservas esp. Dividendos não distribuídos		12.394	11.741	12.394	11.741
Reservas de Lucro a disp. da Assembleia		37.181	32.874	37.181	32.874
Reserva Legal		7.335	7.335	7.335	7.335
Total patrimônio líquido		235.827	189.111	235.827	189.111
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		396.076	358.691	395.033	357.679

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.**Demonstração do Resultado dos Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023**

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação – em R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		12.2024	12.2023	12.2024	12.2023
Receita operacional líquida	19	380.752	341.433	380.752	341.433
Custos dos produtos/serviços vendidos	20	-222.632	-194.204	-222.632	-194.204
Lucro bruto		158.120	147.229	158.120	147.229
Despesas operacionais:					
Despesas com vendas e distribuição	20	-34.889	-28.203	-34.889	-28.203
Despesas gerais e administrativas	20	-21.580	-18.599	-21.664	-18.678
Despesas administração da produção	20	-13.061	-11.991	-13.061	-11.991
Outras receitas e despesas operacionais	21	-3.577	-1.688	-3.577	-1.688
Resultado de Equivalência Patrimonial	9.b	-287	5	-33	-33
Lucro antes do resultado financeiro		84.726	86.753	84.896	86.636
Receitas financeiras	22	12.368	8.924	12.368	8.924
Despesas financeiras	22	-10.727	-13.009	-10.727	-13.009
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos		86.367	82.668	86.537	82.551
Imposto de renda e contribuição social corrente	24.a	-30.265	-28.978	-30.265	-28.978
Imposto de renda e contribuição social diferido	24.a	2.460	553	2.460	553
Lucro (Prejuízo) do Exercício		58.562	54.243	58.732	54.126
Lucro (Prejuízo) por ação, básico e diluído (em R\$)					
Ações ordinárias	25	96,47776	89,36244	96,75783	89,16969
Ações preferenciais	25	106,12554	98,29868	106,43361	98,08666

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023**

(Em milhares de Reais)

	Controladora					Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
	Capital social integralizado	Reservas de Lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros ou prejuízos acumulados	Patrimônio líquido total		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	28.480	89.161	25.416	0	143.057	0	143.057
Ajustes de Exercícios				-658	-658	0	-658
Lucro/Prejuízo do exercício				54.243	54.243	0	54.243
Resultado Abrangente Total					54.243	0	54.243
Dividendos		-8.550			-8.550		-8.550
Realização do custo atribuído			-377	377	0	0	0
Realização dos tributos diferidos sobre o custo atribuído			36	-36	0	0	0
Ajuste de conversão do Período			8	-7	1	0	1
Constituição de Reservas	8.183	46.754		-53.919	1.018	0	1.018
Saldos em 31 de dezembro de 2023	36.663	127.365	25.083	0	189.111	0	189.111
Ajustes de Exercícios				-113	-113	0	-113
Lucro/Prejuízo do exercício				58.562	58.562	0	58.562
Resultado Abrangente Total					58.562	0	58.562
Dividendos		-11.741			-11.741		-11.741
Realização do custo atribuído			-495	495	0	0	0
Realização dos tributos diferidos sobre o custo atribuído			195	-196	-1	0	-1
Ajuste de conversão do Período			8	0	8	0	8
Constituição de Reservas	0	58.748		-58.748	0	0	0
Saldos em 31 de dezembro de 2024	36.663	174.372	24.791	0	235.826	0	235.826

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.**Demonstração do Resultado Abrangente dos Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023**

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	12.2024	12.2023	12.2024	12.2023
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	58.562	54.243	58.732	54.126
Outros resultados abrangentes	23	17	23	17
Ajustes Acumulados de Conversão de Moedas	23	17	23	17
Total do resultado abrangente	58.585	54.260	58.755	54.143

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.**Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023****- Método Indireto**

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	12.2024	12.2023	12.2024	12.2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais	104.501	110.551	104.457	110.598
Ajuste de Exercícios Anteriores	-113	-658	-113	-658
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	86.367	82.668	86.537	82.551
Itens do resultado que não afetam o caixa:	18.247	28.541	18.033	28.705
Provisão para contingência	5.651	1.095	5.651	1.095
Provisão para realização créditos	-201	355	-201	355
Provisão para perdas estoque	9	1.549	9	1.549
Depreciações/Amortização	6.586	6.466	6.586	6.466
Provisão para multa e juros s/ impostos	-26	-26	-26	-26
Valor residual no caixa de ativo imobilizado / intangível / investimentos	7.839	24.509	7.839	24.509
Juros e Variação cambial	-827	-1.055	-827	-966
Receitas s/ Valorização Propriedades para Investimento	-1.037	-4.314	-1.037	-4.314
Ajuste de Conversão AAP	6	9	6	9
Perda (Ganho) da Equivalência Patrimonial	247	-47	33	28
Variação em ativos e passivos operacionais	-91.829	-37.113	-91.754	-37.028
Redução/ (aumento) das Contas a Receber	-6.402	4.186	-6.433	4.212
Redução/ (aumento) dos Estoques	-31.326	4.725	-31.326	4.725
Redução/ (aumento) de Outros Ativos	-358	-1.017	-295	-928
Aumento/ (redução) de Fornecedores	-340	-2.277	-303	-2.310
Aumento/ (redução) de Obrigações Trabalhistas e Sociais	-3.625	921	-3.625	921
Aumento/ (redução) de Obrigações Tributárias	-22.910	-14.601	-22.910	-14.601
Aumento/ (redução) de Outros Passivos	935	-625	941	-622
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	-30.264	-28.978	-30.264	-28.978
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.461	553	2.461	553
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	12.672	73.438	12.703	73.570
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições de Imobilizado	-22.297	-38.144	-22.297	-38.144
Adições de Intangível	-192	0	-192	0
Adições de investimentos	768	5	768	5
Variação de aplicações financeiras	4.952	-23.045	4.952	-23.045
Variação das propriedades para investimentos	36	3.215	36	3.215
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	-16.733	-57.969	-16.733	-57.969
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captações de empréstimos	14.449	0	14.449	0
Pagamento de Dividendos	-11.741	-8.613	-11.741	-8.613
Subscrição de novas ações	0	1.073	0	1.073
Juros sobre empréstimos	1.441	1.258	1.441	1.258
Pagamento de empréstimos	-5.213	-3.765	-5.243	-3.906
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-1.064	-10.047	-1.094	-10.188
Variação líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	-5.125	5.422	5.124	5.413
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.475	1.053	6.475	1.062
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.350	6.475	1.351	6.475
Variação líquida nas disponibilidades e valores equivalentes	-5.125	5.422	-5.124	5.413

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.**Demonstração do Valor Adicionado dos Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023**

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	12.2024	12.2023	12.2024	12.2023
RECEITAS				
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	465.929	420.564	465.929	420.564
Outras Receitas	5.225	5.988	5.225	5.988
Provisão/reversão Créditos de Liquidação Duvidosa	202	-324	202	-324
	471.356	426.228	471.356	426.228
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custos das mercadorias e serviços vendidos	-110.601	-96.676	-110.601	-96.676
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	-160.332	-145.654	-160.416	-145.733
Outros	1.008	845	1.008	845
	-269.925	-241.485	-270.009	-241.564
VALOR ADICIONADO BRUTO	201.431	184.743	201.347	184.664
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	-6.588	-6.466	-6.588	-6.466
VALOR ADICIONADO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	194.843	178.277	194.759	178.198
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de Equivalência Patrimonial	-287	5	-33	-33
Receitas Financeiras e Variações Cambiais	12.368	8.924	12.368	8.924
	12.081	8.929	12.335	8.891
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	206.924	187.206	207.094	187.089
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO PESSOAL	37.411	31.632	37.411	31.632
Remuneração Direta	23.172	19.627	23.172	19.627
Benefícios	7.132	6.252	7.132	6.252
FGTS	4.105	3.072	4.105	3.072
Participação no Resultado	3.002	2.681	3.002	2.681
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	98.440	87.259	98.440	87.259
Federais	56.566	49.693	56.566	49.693
Estaduais	41.700	37.361	41.700	37.361
Municipais	174	205	174	205
REMUNERAÇÃO DE CAPITALS DE TERCEIROS	12.509	14.072	12.509	14.072
Juros, Variações Cambiais e Monetárias	10.727	13.008	10.727	13.008
Outras	1.782	1.064	1.782	1.064
REMUNERAÇÃO DE CAPITALS PRÓPRIOS	58.564	54.243	58.734	54.126
Lucros Retidos/Prejuízo do Exercício	58.564	54.243	58.734	54.126
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	206.924	187.206	207.094	187.089

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Fundada em abril de 1946, a Metalúrgica Riosulense S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, Brasil, Rua Emílio Adami, 700, Barra do Trombudo, CEP 89.164-910 denominada como matriz e a filial está localizada na cidade de São Cristóvão do Sul, Santa Catarina, Brasil, Estrada Via Paredão, S/N, Bloco, CEP 89.533-000. A Companhia e sua controlada tem como principal atividade a fabricação e comercialização de componentes para motores de veículos leves, utilitários, caminhões, máquinas agrícolas, motocicletas, além de produtos voltados para o transporte ferroviário e naval, com expertise em fundição de ligas especiais de ferro e aço, usinagem de alta precisão, fornecendo para o mercado interno e externo de montadoras e reposição. A cultura organizacional da companhia se baseia no sucesso do cliente e atendimento humanizado, e a qualidade laranja é reconhecida e atestada pela experiência de quem está há mais de 79 anos no mercado e exporta para mais de 25 países. Com as certificações conquistadas ao longo dos anos (entre elas a IATF 16949 e ISO 14001), atende às exigências das principais montadoras, fornecendo peças originais. A Companhia tem suas ações negociadas na BM&FBovespa sob o código “ON RSUL3” e “PN RSUL4”.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta um passivo circulante consolidado de R\$ 77.071 em contraposição ao ativo circulante consolidado de R\$ 215.979, gerando ativos circulantes superiores em R\$ 138.908 (R\$ 108.891 em 31 de dezembro de 2023).

Com base no planejamento estratégico que contempla o exercício atual e os próximos quatro anos, a Companhia adotou e continua adotando diversas ações para manter a lucratividade e capacidade de geração de caixa, com ênfase às seguintes frentes de trabalhos:

- a) Sistema de gestão produtiva: A Companhia mantém o aprimoramento contínuo do processo de planejamento de produção e continua aplicando o sistema *lean* de produção. Intensificou o treinamento dos profissionais para a indústria 4.0 e a integração entre as áreas produtivas o que vem gerando ganho em escala nos processos, focando na redução de custos fixos e variáveis, diretos e indiretos.
- b) Participação no mercado: no mercado interno de reposição, a Companhia manteve a política de ampliação da linha de produtos; no mercado interno de OEM a Companhia ampliou o mix de produtos com a fabricação de novas peças; no mercado agrícola, a Companhia prevê maior crescimento e captação de novos clientes; no mercado externo, a Companhia continua se reposicionando e mantém a estratégia de abrir novos mercados que garantam a rentabilidade de seus produtos.
- c) Gestão financeira: A Companhia mantém a estratégia de redução das despesas, ênfase na gestão de ciclo financeiro e a progressiva formação de capital de giro próprio, para manter o equilíbrio.

A Companhia manteve a estratégia de contenção de gastos, cujos limites estão enquadrados no planejamento orçamentário anual. Continua focada no gerenciamento do fluxo de caixa. Aprovou para 2025 um orçamento para investimentos em máquinas, equipamentos e dispositivos no montante de R\$ 34 milhões, com o objetivo de garantir o processo de modernização do parque fabril e ganho de produtividade.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada, compreendem:

a) Demonstrações financeiras Individuais da Controladora: As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

b) Demonstrações financeiras Consolidadas: As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2024 foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 23 de Janeiro de 2025.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, estimativas do valor das propriedades para investimento, estimativas do valor em uso dos terrenos e edificações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e elaboração dessas demonstrações financeiras, estão definidas a seguir. Estas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Metalúrgica Riosulense S.A e sua controlada apresentada abaixo:

Controlada	País	% de Participação	
		31/12/2024	31/12/2023
Metalúrgica Riosulense SpA	Chile	100%	100%

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, dos quais destacamos os seguintes:

- a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação;
 - i) Eliminação dos investimentos nas sociedades controladas na proporção dos seus respectivos patrimônios;
 - ii) Eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação; e,
- b) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação, usando bases de classificação e mensuração uniformes.

3.2 Transações em moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras são mensuradas e estão apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia, devido ao ambiente econômico em que atua e na qual são realizadas suas principais operações. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional (Reais - R\$) em vigor na data do balanço. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos períodos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3.3 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

- a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: São ativos financeiros mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e que os termos contratuais do ativo financeiro tiverem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

- c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos financeiros dessa categoria são classificados como ativos circulantes e não circulantes de acordo com o prazo de vencimento.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (Impairment).

Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

a) Reconhecimento inicial e mensuração dos passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

b) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

3.4 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, desta forma, não registrou nenhum ajuste.

3.5 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de Impairment. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação Impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por Impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. A Companhia realiza, anualmente, teste de recuperabilidade para os ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, sendo que para estas rubricas não foi destacada necessidade de provisão para redução ao valor recuperável nas datas dos balanços.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	12	13	12	13
Banco conta movimento	1.338	6.462	1.339	6.462
Total de caixa e equivalente a caixa	1.350	6.475	1.351	6.475

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras de liquidez imediata são compostas por investimentos de baixo risco. Esses investimentos estão distribuídos entre cerca de 10 diferentes bancos para que não haja a concentração de valores. Aproximadamente 90% dos investimentos estão em CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) lastreados ao rendimento do CDI diário (Certificado de Depósito Interbancário), resgatáveis a qualquer momento e reconhecidas pelo seu valor líquido de resgate, e 10% em fundos de investimento, sendo que ambas as categorias são compostas por papéis de bancos com rating AAA.

As ordens de pagamento são valores recebidos do exterior em dólar ou euro que ficam disponíveis para utilização em momentos de necessidades de caixa e/ou para utilização quando a taxa de conversão está atrativa.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações Financeiras em moeda corrente	54.463	57.481
Ordem de pagamento em moeda estrangeira	3.508	5.442
Total de bancos e aplicações financeiras	57.971	62.923
Circulante	57.971	62.923

6. CLIENTES

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas

pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para "impairment" (perdas no recebimento de créditos). Na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente, quando relevante, e ajustado pela provisão para perda no recebimento de créditos, a qual está apresentada como redução das contas a receber de clientes e constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber de clientes mercado interno	46.198	40.458	46.198	40.458
Contas a receber de clientes mercado externo	9.866	8.318	10.130	8.551
Total do contas a receber	56.064	48.776	56.328	49.009
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(884)	(1.085)	(884)	(1.085)
Total de clientes	55.180	47.691	55.444	47.924
Contas a receber de clientes por idade de vencimento	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Títulos a vencer superior a 90 dias	1.393	455	1.393	455
Títulos a vencer até 90 dias	52.064	44.157	52.328	44.390
Vencidos em até 90 dias	1.942	3.178	1.942	3.178
Vencidos de 90 a 180 dias	13	271	13	271
Vencidos superior a 180 dias	652	715	652	715
Contas a receber de clientes	56.064	48.776	56.328	49.009

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

Movimentação provisão para créditos de liquidação duvidosa	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício/período	(1.085)	(730)	(1.085)	(730)
Adições	(266)	(945)	(266)	(945)
Baixas	467	590	467	590
Saldo no final do exercício/período	(884)	(1.085)	(884)	(1.085)

7. ESTOQUES

Os estoques são avaliados ao custo médio de produção ou aquisição e estão registrados pelo menor valor entre o custo médio e o valor líquido realizável. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas. As provisões de estoques para baixa rotatividade e obsolescência são mensuradas com base em relatórios auxiliares que compreendem movimentação dos estoques e reposição desses no mercado e são constituídas quando consideradas necessárias pela administração.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Materiais	32.271	27.014
Acabados/Em elaboração	43.084	35.102
Revenda	24.503	6.416

Provisão para Estoques Obsoletos	(2.339)	(2.330)
Total dos estoques	97.519	66.202

Em relação aos estoques da companhia, observa-se um aumento relevante de 47,31% em comparação ao exercício anterior. O estoque de revenda apresentou um incremento de quatro vezes em seu valor, quando comparado ao ano de 2023.

Esse aumento na revenda deve-se à expansão do portfólio, com a inclusão de novos itens. Além disso, a localização de alguns de nossos parceiros comerciais no exterior exige, por questões logísticas, a manutenção de um estoque maior desses produtos. Dessa forma, a empresa assegura a entrega de acordo com as necessidades dos clientes.

Para a provisão dos estoques obsoletos, consideram-se os estoques sem movimentação há mais de 15 meses. No quarto trimestre de 2024 o saldo acumulado é de R\$ 2.339 (R\$ 2.330 em 2023).

A movimentação da provisão para estoques obsoletos está demonstrada a seguir:

Movimentação provisão para estoques obsoletos (15 meses)	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício/período	(2.330)	(781)
Adições	(575)	(1.599)
Baixas	566	50
Saldo no final do exercício/período	(2.339)	(2.330)

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os créditos são registrados com base na legislação fiscal vigente e serão realizados pela Companhia no decorrer do processo normal de apuração dos tributos, sendo que há também créditos passíveis de restituição e/ou compensação.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
PIS a recuperar	3	3	3	3
COFINS a recuperar	19	19	19	19
ICMS a recuperar	2.039	1.565	2.039	1.565
IR/CS a recuperar	-	45	-	45
Outros	426	326	537	421
Total impostos a recuperar	2.487	1.958	2.598	2.053
Circulante	1.224	1.106	1.335	1.201
Não circulante	1.263	852	1.263	852

9. INVESTIMENTOS

a) Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo foi incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são

apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a Companhia contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso.

Terrenos e Edifícios mantidos para investimento

As propriedades para investimento (substancialmente terrenos) são registradas a valor justo, que foi determinado com base em avaliações realizadas por empresa especializada e independente. As principais premissas utilizadas pelos especialistas para apurar o valor do imóvel pelo método comparativo direto foram as seguintes:

- i. Amostras de mesmo zoneamento no plano diretor do município.
- ii. As características e os atributos dos dados são ponderados por homogeneização.
- iii. Os elementos que integram a homogeneização: À sua profundidade. À testada. À topografia. À esquina. À forma. À localização.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Terrenos e Edifícios mantidos para investimentos	69.568	69.310
Outros investimentos	114	102
Investimentos em Coligadas e Controladas	273	309
Total dos investimentos	69.955	69.721

Do total de propriedades para investimentos em 31/12/2024, R\$ 55.695, encontram-se com registro de penhora decorrente das ações tributárias que estão sendo conduzidas junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN.

- b) Investimentos em sociedades controladas

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

Investimentos em Coligadas e Controladas

Estão reconhecidos os seguintes investimentos em sociedades controladas, avaliados pelo patrimônio líquido das investidas, conforme participação em cada empresa:

Controladora									
Nome	País	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Receita	Resultado Líquido do Período	% Participação	Equivalência Patrimonial	Valor do Investimento
Em 31 de dezembro de 2024									
Metalúrgica Riosulense SpA	Chile	389	1.817	-1.428	-	-84	100%	254	-1.457
MRTV Aviação Executiva SPE	Brasil	1.176	84	1.092	-	-132	25%	-33	273

10. IMOBILIZADO

Os ativos imobilizados estão avaliados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo encargos financeiros de empréstimos que financiaram a aquisição ou construção desses ativos, quando aplicável. Os ativos imobilizados são apresentados deduzidos das respectivas depreciações, com exceção de terrenos, que não são depreciados. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

Os gastos com manutenção ou reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesas, quando incorridos.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

GRUPO PATRIMONIAL	PRAZO
Edifícios e dependências	35 anos
Máquinas e equipamentos	20 anos
Equipamentos de informática	7 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Controladora

	Terrenos	Edifício e dependências	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizado em andamento	Total
Taxa anual de depreciação	-	3%	5%	14%	10%	10%	-	-
Saldo em 31/12/2022	9.145	18.481	40.296	634	560	489	20.743	90.348
Adições	3.020	955	19.730	308	201	375	13.555	38.144
Baixas	-	(1.359)	(2.488)	(23)	(19)	(12)	(21.380)	(25.281)
Depreciação	-	(1.073)	(4.903)	(238)	(94)	(77)	-	(6.385)
Baixas da depreciação	-	660	112	-	-	-	-	772
Saldo em 31/12/2023	12.165	17.664	52.747	681	648	775	12.918	97.598
Adições	-	1.729	27.292	919	323	204	30.751	61.218
Baixas	-	-	(18.052)	(754)	(26)	(5)	(29.556)	(48.393)
Depreciação	-	(1.010)	(5.110)	(221)	(118)	(65)	-	(6.524)
Baixas da depreciação	-	-	1.631	-	3	-	-	1.634
Saldo em 31/12/2024	12.165	18.383	58.508	625	830	909	14.113	105.533

Consolidado

	Terrenos	Edifício e dependências	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizado em andamento	Total
Taxa anual de depreciação	-	3%	5%	14%	10%	10%	-	-
Saldo em 31/12/2022	9.145	18.481	40.298	634	560	489	20.743	90.350
Adições	3.020	955	19.730	308	201	375	13.555	38.144
Baixas	-	(1.359)	(2.488)	(23)	(19)	(12)	(21.380)	(25.281)
Depreciação	-	(1.073)	(4.903)	(238)	(94)	(77)	-	(6.385)
Baixas da depreciação	-	660	112	-	-	-	-	772
Saldo em 31/12/2023	12.165	17.664	52.749	681	648	775	12.918	97.600
Adições	-	1.729	27.292	919	323	204	30.751	61.218
Baixas	-	-	(18.052)	(754)	(26)	(5)	(29.556)	(48.393)
Depreciação	-	(1.010)	(5.110)	(221)	(118)	(65)	-	(6.524)
Baixas da depreciação	-	-	1.631	-	3	-	-	1.634
Saldo em 31/12/2024	12.165	18.383	58.510	625	830	909	14.113	105.535

Nas demonstrações financeiras a depreciação foi registrada no resultado do período findo em 31 de dezembro de 2024 totalizando R\$ 6.524 sendo R\$ 6.105 classificadas como custos, R\$ 86 como despesas comerciais, R\$ 158 como despesas administrativas e R\$ 175 como despesas da administração da produção (R\$ 5.997, R\$ 68, R\$ 170 e R\$ 150 respectivamente para o período findo em 31 de dezembro de 2023).

Baixas de imobilizado em andamento em 31 de dezembro de 2024 referem-se à venda de ferramental.

11. INTANGIVEL

São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização e de eventual provisão para ajustá-los a seus prováveis valores de realização, quando necessário. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados levando em conta o prazo estimado de geração de benefícios econômicos futuros, estando sujeito a teste de recuperabilidade anualmente ou sempre que indícios indicarem eventual perda de valor econômico. Os itens de intangíveis mantidos pela Companhia, são:

a) Programas de computadores (licenças de softwares): As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada, que geralmente apresentam uma taxa de amortização de 6,67% ao ano.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente.

Controladora e Consolidado		
	Programas de computador	Total
Taxa anual de amortização	6,67%	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	332	332
Amortizações	(81)	(81)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	251	251
Adições	192	192
Baixas	(1)	(1)
Amortizações	(62)	(62)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	380	380

As despesas com amortizações totalizam R\$ 62, e foram registradas no resultado como R\$ 20 em custo dos produtos vendidos, o montante de R\$ 3 como despesas comerciais, o montante de R\$ 12 como despesas administrativas e R\$ 27 como despesas da administração da produção para o período o findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 9, R\$ 2, R\$ 42 e R\$ 28 respectivamente para o mesmo período em 2023).

12. FORNECEDORES

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente e acréscimos de juros, quando aplicável.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores de mercadorias	11.695	12.551	12.011	12.830
Fornecedores de serviços	3.703	3.128	3.703	3.128
Total fornecedores	15.398	15.679	15.714	15.958
Vencidos	2	1	2	1
À Vencer até 365 dias	15.396	15.678	15.712	15.957

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Geral

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate (pagamentos) é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Custo dos empréstimos e financiamentos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda, quando qualificáveis são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não possui nenhum ativo qualificável para a capitalização dos juros.

Controladora				
Modalidade	Juros mensal	Garantias	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimo	0,57% a 0,99% ao mês + TJLP	Hipoteca	17.586	6.909
Total de empréstimos e financiamentos			17.586	6.909
Circulante			5.726	3.791
Não circulante			11.860	3.118
Por data de vencimento			31/12/2024	31/12/2023
Em até 6 meses			3.377	1.896
De 6 meses a 1 ano			2.350	1.896
De 1 a 2 anos			2.672	3.117
De 2 a 3 anos			2.673	-
De 3 a 4 anos			2.673	-
Acima de 4 anos			3.841	-
Total de empréstimos e financiamentos			17.586	6.909

Durante o primeiro trimestre de 2024, a Companhia aderiu ao BNDES/FINAME através da instituição financeira ITAÚ. O montante obtido foi de R\$ 6.178, com uma taxa de juros anual TFBTR de 6,84%. E durante o terceiro trimestre de 2024, a Companhia aderiu ao BNDES/FINAME através da instituição financeira ITAÚ. O montante obtido foi de R\$ 3.152, com uma taxa de juros anual TFBTR de 7,06%. Esses recursos foram alocados na aquisição de novos equipamentos de produção, fortalecendo o desenvolvimento estratégico da Companhia. O principal objetivo desses investimentos é ampliar a capacidade produtiva, o que deverá resultar no aumento da receita e na expansão da participação da empresa no mercado.

No quarto trimestre de 2024, a Companhia aderiu ao FINEP através da instituição financeira Banco ABC. O montante obtido foi de R\$ 4.000, com uma taxa de juros anual de 5,57% e foi alocado para a adequação das máquinas produtivas, visando o cumprimento das exigências estabelecidas pelas normas técnicas de segurança do trabalho, assegurando maior segurança operacional e aumento da produtividade.

Também no quarto trimestre de 2024, a Companhia realizou o adiantamento de contrato de câmbio (ACC) através da instituição financeira Banco do Brasil. O montante obtido foi de R\$ 691, com uma taxa de juros anual de 6,45%.

14. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A Companhia está sujeita a diversas obrigações sociais e trabalhistas, essas obrigações são reconhecidas conforme os respectivos períodos de competência e, quando aplicável, provisionadas de acordo com as normas contábeis vigentes.

- a) INSS (Instituto Nacional do Seguro Social): A Companhia está sujeita ao pagamento das contribuições ao INSS, tanto na qualidade de responsável pela retenção e repasse das contribuições dos empregados, quanto na sua contribuição patronal. As contribuições devidas ao INSS são calculadas com base nos salários dos empregados e em outras remunerações, de acordo com as alíquotas vigentes estabelecidas pela legislação brasileira.
- b) FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço): Os depósitos mensais no FGTS, equivalentes a 8% da remuneração dos empregados, são reconhecidos mensalmente como despesa e a obrigação registrada no passivo até o momento do pagamento.
- c) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF): O valor do Imposto de Renda retido sobre os salários dos empregados é provisionado mensalmente, e a obrigação é registrada no passivo até o seu recolhimento.
- d) 13º Salário: A provisão para pagamento do 13º salário é calculada e registrada de acordo com o período de apuração de cada empregado, sendo o valor a ser pago no final do ano.
- e) Férias: A provisão de férias é reconhecida no momento da ocorrência do direito de férias dos empregados, considerando os dias proporcionais a que cada um tem direito, bem como os encargos sociais decorrentes do pagamento das férias acrescidas de 1/3 constitucional.
- f) Participação nos Lucros e Resultados (PLR): Caso aplicável, a empresa estabelece a provisão da PLR conforme as regras de cada exercício, em conformidade com acordos ou convenções coletivas de trabalho.
- g) Acordos e Convenções Coletivas: A Companhia é regida por acordos e convenções coletivas com seus sindicatos de categoria, os quais estabelecem as condições de trabalho, incluindo salários, jornada de trabalho e benefícios.
- h) Riscos Trabalhistas e Estimativas: A Companhia realiza uma avaliação periódica dos riscos trabalhistas e tributários associados ao cumprimento das obrigações legais. Essas estimativas são baseadas em informações disponíveis, incluindo análises jurídicas e cálculos atuariais, sendo revisadas sempre que novas informações ou eventos relevantes ocorrerem.
- i) Acordos Trabalhistas: A Companhia está sujeita a algumas ações trabalhistas que podem resultar em passivos contingentes e ou a pagar. A empresa realiza uma avaliação periódica dessas ações e, quando necessário, constitui provisões com base em pareceres jurídicos ou estimativas de valor, conforme exigido pela legislação vigente. As contingências são classificadas como prováveis, possíveis ou remotas, e o valor estimado de cada uma é registrado no passivo, se necessário. E quando transitado em julgado ou apenas acordado a ação entre as partes, é reconhecido o valor estipulado a pagar.
- j) Sesi e Senai: A Companhia está sujeita ao pagamento das contribuições obrigatórias ao Serviço Social da Indústria (SESI) e ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), que são destinadas ao financiamento de programas de assistência social e de qualificação profissional para os trabalhadores da indústria, conforme estabelecido pela legislação brasileira. As contribuições ao Sesi e ao Senai são calculadas com base na folha de pagamento da Companhia, sendo exigidas mensalmente, conforme a legislação em vigor, e devem ser pagas diretamente aos respectivos

serviços. As obrigações devidas são reconhecidas e provisionadas mensalmente, no valor correspondente à alíquota prevista, sendo registradas no passivo da Companhia até o momento do pagamento.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Salários a pagar	2.098	1.897
Férias e 13º salário a pagar	7.388	6.710
INSS a recolher	1.725	2.604
FGTS a recolher	477	389
IRRF sobre salários recolher	763	572
Acordos Trabalhistas	573	76
Sesi e Senai a recolher	15	4.417
Outros	120	119
Total obrigações sociais e trabalhistas	13.159	16.784

No terceiro trimestre de 2024 a Companhia realizou a baixa por prescrição e decadência os débitos com o SESI e SENAI no valor de R\$ 4.400. O valor mencionado trata-se de inexigibilidade e inexecutabilidade dos débitos relativos aos Parcelamentos n. 17 (Processo n. 8/2013), 18 (Processo n. 8/2013) e 254 (Processo n. 18/2013) firmados em 13-8-2013, na Câmara de Indústria e Comércio – CNI.

Esses valores não constam em processo de cobrança e em pesquisa na CNI e na Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC, não obtivemos informações de remessa desse documento, bem como a RIO desconhece o seu recebimento.

Deste modo, conforme parecer jurídico e decisão da diretoria a Companhia optou pelo reconhecimento da prescrição.

15. IMPOSTOS A RECOLHER

As obrigações tributárias da Companhia referem-se aos tributos e contribuições devidos ao fisco, tanto na esfera federal, estadual e municipal, de acordo com a legislação vigente. Essas obrigações são reconhecidas de forma tempestiva e, quando aplicável, provisionadas nas demonstrações financeiras. As obrigações tributárias incluem, mas não se limitam a:

- Impostos sobre a Renda e Lucro: Como o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), que incidem sobre o lucro da Companhia.
- Impostos sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS, ISS, IPI, PIS, COFINS): Referentes à venda de bens e à prestação de serviços, conforme a atividade da Companhia e sua localidade.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
PIS	137	142
COFINS	676	697
ICMS	1.179	945
IPI	225	230
IRPJ/CSLL	1.539	1.325
Outros	68	53
Total obrigações tributárias	3.824	3.392

16. PARCELAMENTO TRIBUTÁRIO

A Companhia aderiu a parcelamentos tributários com o objetivo de regularizar débitos fiscais vencidos perante as autoridades fiscais, conforme as opções de parcelamento disponibilizadas pela legislação federal e estadual. A adesão ao parcelamento foi realizada conforme as condições e prazos definidos pela legislação vigente, com o compromisso de pagamento em parcelas mensais, de acordo com as regras acordadas com os órgãos competentes.

A adesão aos parcelamentos tributários pode implicar riscos de descumprimento das condições estabelecidas, caso a Companhia deixe de cumprir com as obrigações de pagamento das parcelas nos prazos previstos. Caso isso ocorra, poderá haver a reativação da dívida original, com a cobrança de juros, multas e outros encargos, além da possível exclusão do parcelamento. Até a data das demonstrações financeiras, não existem eventos significativos que indiquem o risco de inadimplemento nos parcelamentos tributários, e a Companhia está em conformidade com os pagamentos acordados.

Controladora e Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2023
PIS	81	116
COFINS	374	535
ICMS	2.263	4.082
INSS	377	487
FGTS	534	-
Refis (a)	2.981	3.403
IPI	1.559	3.608
Parcelamento PGFN	37.406	53.921
Outros	60	389
Total parcelamento tributário	45.635	66.541
Circulante	24.248	24.751
Não circulante	21.387	41.790

a) Refis

A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) para impostos federais e previdenciários, conforme facultado pela Lei nº 12.996/2014. Foram inclusos no programa valores devidos de PIS, COFINS, IRRF e contribuições previdenciárias. Os pedidos de parcelamento parcialmente consolidados, protocolados em 29 de agosto de 2014, serão liquidados em 180 meses com atualização monetária pela variação da Selic.

Os saldos deste parcelamento estão abaixo apresentados:

Saldo devedor original	97.261
Multa e juros compensados com prejuízos fiscais e bases negativas	(14.426)
Redução de multa e juros conforme lei 11.941/09	(24.304)
Amortizações ocorridas	(50.032)
Estorno multa e juros compensados com prejuízos fiscais e bases negativas	4.857
- Consolidação (Nota 17)	
Estorno redução de multa e juros - Consolidação	8.738
Exclusão parcial dos débitos inclusos - Consolidação	(27.535)
Apropriação juros s/ saldo devedor	8.422
	2.981
(-) Parcela classificada no circulante	(615)
Passivo não circulante	2.366

b) **Parcelamento PGFN**

A Companhia aderiu ao Parcelamento PGFN para impostos federais e previdenciários, conforme facultado pela Portaria PGFN nº 6757/2022. Foram inclusos no programa valores devidos de PIS e COFINS. Os pedidos de parcelamento parcialmente consolidados, protocolados em 24 de março de 2021, serão liquidados em 84 meses com atualização monetária pela variação da Selic. Os débitos Previdenciários serão liquidados em 60 meses com atualização monetária pela variação da Selic.

Os saldos deste parcelamento estão abaixo apresentados:

Saldo devedor original	61.159
Multa e juros compensados com prejuízos fiscais e bases negativas	(51.328)
Honorários Advocatícios	(22.497)
Redução de multa e juros conforme lei 13.998/2022	(46.772)
Amortizações ocorridas	(59.097)
Estorno redução de multa e juros - Consolidação	46.772
Exclusão parcial dos débitos inclusos - Consolidação	94.083
Apropriação juros s/ saldo devedor	15.086
	37.406
(-) Parcela classificada no circulante	(20.857)
Passivo não circulante	16.549

17. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES**Provisões gerais**

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Provisões para litígios e Passivos contingentes (riscos tributários, cíveis e trabalhistas)

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. Já como passivos contingentes, são consideradas discussões judiciais, cujas probabilidades de perdas estão classificadas como possível e para as quais não são constituídas provisões para contingências.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Companhia mantém provisões para litígios fiscais, cíveis e trabalhistas, cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco "provável" pelos assessores jurídicos externos. A administração da Companhia prevê que a provisão para litígios constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destes litígios está suportada por depósitos judiciais relacionadas aos processos em discussão.

Controladora e Consolidado				
	Trabalhista	Cíveis	Tributária	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	789	-	29.541	30.330
Constituição de provisões	542	18	14.450	15.010
Reversão de provisões	(1.256)	-	(8.104)	(9.360)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	75	18	35.887	35.980
Depósitos judiciais relacionados	(1.512)	-	(10)	(1.522)

Adicionalmente a Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como perdas possíveis, com base na avaliação de nossos consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Controladora e Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2023
Ações trabalhistas	2.430	756
Ações cíveis	-	18
Ações tributárias	90.024	90.773
Total de perdas possíveis	92.454	91.547

Cabe ressaltar que tais valores têm cunho apenas informativo, não havendo provisão contábil para tais causas. Ao menos uma vez ao trimestre a Companhia realiza a atualização formal de seus consultores externos a fim de certificar da situação de seus processos e, mensalmente, o departamento jurídico realizada as análises necessárias para obter entendimento do avanço das causas.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresenta um patrimônio líquido positivo no valor de R\$ 235.827 individual e consolidado, contra R\$ 189.111 (individual e consolidado) em 31 de dezembro de 2023.

a) Capital social

O capital social, pertencente a acionistas domiciliados no País, é de R\$ 36.663, sendo composto por 3.576.903 (três milhões quinhentas e setenta e seis mil e novecentas e três) ações ordinárias escriturais e 2.495.225 (dois milhões e quatrocentas e noventa e cinco mil e duzentas e vinte e cinco) ações preferenciais escriturais, totalizando 6.072.128 (seis milhões e setenta e dois mil e cento e vinte e oito) ações. As ações preferenciais, sem direito a voto nas assembleias gerais, gozam dos seguintes direitos e privilégios:

- i) Direito ao recebimento de um dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.
- ii) Participação em igualdade de condições, com as demais ações, ressalvado o disposto no item "a", na distribuição de dividendos, no recebimento de bonificações provenientes da Reserva de Capital, de Reavaliação de Ativos, de Capitalização de Reservas de Lucro ou das utilizações de quaisquer fundos.
- iii) Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de encerramento das atividades da Sociedade.

iv) Direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, pelas mesmas condições desta alienação.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

A conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial refere-se ao custo atribuído ao imobilizado registrado na data de transição ao CPC/IFRS, que está sendo realizado contra Lucros Acumulados proporcionalmente a depreciação dos bens que lhe deram origem.

No período findo em 31 de dezembro de 2024, foram realizados o montante de R\$ 298 (R\$ 342 em 31 de dezembro de 2023) referente reavaliação e custo atribuído e contabilizado na conta de lucros acumulados.

c) Remuneração aos acionistas

c.1) Distribuição de Dividendos

Conforme deliberado e aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 17 de abril de 2024, foram distribuídos no segundo trimestre dividendos aos acionistas. Dividendos no montante de R\$ 11.740.849,98 foram liberados aos acionistas na proporção de R\$ 1,7986800800 para cada ação ordinária e R\$ 2,1269207389 para cada ação preferencial, conforme segue:

- ✓ R\$ 11.421.871,81 (onze milhões, quatrocentos e vinte e um mil, oitocentos e setenta e sete reais e oitenta e sete centavos) pagos diretamente aos acionistas em 30 de abril de 2024 em parcela única;
- ✓ R\$ 318.978,17 (trezentos e dezoito mil, novecentos e setenta e oito reais e dezessete centavos) estão liberados na corretora aguardando os acionistas regularizarem suas contas correntes para receberem o depósito correspondente.

19. RECONHECIMENTO DE RECEITA

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Receita mercado interno	436.852	387.052
Receita mercado externo	35.626	33.512
Receita operacional bruta	472.478	420.564
(-) Deduções e abatimentos	(6.549)	(3.432)
(-) Impostos sobre as vendas	(85.177)	(75.699)
Receita operacional líquida	380.752	341.433

20. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

A Companhia apresenta a demonstração do resultado por natureza. Conforme requerido pelas normas contábeis, segue abaixo o detalhamento da demonstração do resultado por função:

	Controladora		Consolidado	
Despesas por natureza	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Custos dos produtos/serviços vendidos	(222.632)	(194.204)	(222.632)	(194.204)
Despesas com vendas e distribuição	(34.889)	(28.203)	(34.889)	(28.203)
Despesas gerais e administrativas	(21.580)	(18.599)	(21.664)	(18.678)
Despesas da administração da produção	(13.061)	(11.991)	(13.061)	(11.991)
Outras receitas e despesas	(3.577)	(1.688)	(3.577)	(1.688)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(287)	5	(33)	(33)
Total despesas por natureza	(296.026)	(254.680)	(295.856)	(254.797)
Despesa por função	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Custos dos bens e serviços	(126.602)	(111.984)	(126.602)	(111.984)
Despesa com comissões	(12.713)	(9.328)	(12.713)	(9.328)
Despesa com fretes	(6.703)	(5.262)	(6.703)	(5.262)
Outras despesas com vendas	(8.278)	(3.962)	(8.278)	(3.962)
Despesa com folha de pagamento	(79.793)	(68.631)	(79.793)	(68.631)
Energia elétrica	(16.151)	(13.765)	(16.151)	(13.765)
Serviços de terceiros	(25.992)	(22.838)	(25.992)	(22.838)
Outras despesas administrativas	(9.341)	(10.710)	(9.425)	(10.789)
Despesa com depreciação e amortização	(6.588)	(6.466)	(6.588)	(6.466)
Outras receitas e despesas operacionais	(3.578)	(1.739)	(3.578)	(1.739)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(287)	5	(33)	(33)
Total despesas por função	(296.026)	(254.680)	(295.856)	(254.797)

21. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

As outras receitas e despesas operacionais incluem itens que não estão diretamente relacionados à atividade principal da Companhia, mas que são relevantes para a compreensão do desempenho operacional. Estas variações são monitoradas e analisadas pela administração, que avalia se esses valores possuem impacto significativo na performance financeira da empresa. Os efeitos dessas receitas e despesas são apresentados separadamente nas demonstrações financeiras, permitindo que os usuários das demonstrações compreendam de forma mais clara o impacto de itens não recorrentes ou não diretamente ligados à operação principal da Companhia. Algumas das receitas e despesas classificadas nesta categoria podem ser de natureza não recorrente, como a venda de ativos, indenizações diversas, entre outros. Tais eventos são tratados de acordo com sua natureza e impacto financeiro.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Recuperação de receita	1.016	846
Receita com venda de ativo imobilizado	45	6
Indenizações recebidas	(1.727)	179
Receitas diversas	10.663	5.798
Despesas diversas	(13.574)	(8.517)
Total outras receitas e despesas	(3.577)	(1.688)

No terceiro trimestre de 2024 a Companhia realizou a doação de um terreno valor de R\$ 2.008 para a CELESC Distribuição S/A para a realização da construção de uma nova subestação de energia elétrica. Essa operação foi realizada com o objetivo de aumentar o fornecimento de energia elétrica por parte da distribuidora a

Companhia, e assim expandir a capacidade fabril. A doação do terreno se justifica como um investimento estratégico, tendo em vista que a ampliação da infraestrutura energética é um fator crucial para o aumento da capacidade de produção e, conseqüentemente, para o crescimento sustentável das operações industriais da Companhia. Com a nova subestação de energia, a Companhia assegura maior estabilidade no fornecimento de energia, reduzindo riscos operacionais e preparando-se para demandas futuras de maior consumo energético. Assim, a medida alinha-se aos objetivos de longo prazo da Companhia, que visam a consolidação e o fortalecimento de sua posição no mercado.

22. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro líquido é composto pelas receitas e despesas financeiras da Companhia, sendo a diferença entre as receitas financeiras e as despesas financeiras incorridas no período. Esse resultado reflete os efeitos das operações de financiamento, gestão de caixa e investimentos financeiros da Companhia, bem como o impacto de variações cambiais e outros componentes financeiros. O resultado financeiro líquido é apresentado separadamente nas demonstrações financeiras para fornecer uma visão clara sobre a rentabilidade das operações financeiras e é reconhecido de acordo com o regime de competência, ou seja, as receitas e despesas financeiras são reconhecidas no período em que são geradas, independentemente do momento do pagamento ou recebimento.

Em períodos de taxas de juros elevadas ou instabilidade cambial, a Companhia pode ver uma variação significativa no seu resultado financeiro, o que pode afetar a geração de caixa e a rentabilidade. Por isso a Companhia monitoriza atentamente suas despesas financeiras para garantir que elas não comprometam o desempenho operacional.

	Controladora e Consolidado	
Receitas financeiras	31/12/2024	31/12/2023
Variação cambial ativa	5.629	2.786
Receitas sobre aplicação financeira	5.827	6.045
Juros recebidos	54	35
Descontos obtidos	15	29
Outras receitas financeiras	2	29
Selic s/ Recup. Créditos	841	-
Total receitas financeiras	12.368	8.924

	Controladora e Consolidado	
Despesas financeiras	31/12/2024	31/12/2023
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.252)	(1.258)
Multa e juros sobre fornecedores	(1)	-
Multa e juros sobre impostos	(4.680)	(8.415)
Variação cambial	(4.707)	(3.251)
Descontos concedidos	(9)	(14)
IOF	(8)	(5)
Outras despesas	(70)	(66)
Total despesas financeiras	(10.727)	(13.009)
Resultado financeiro líquido	1.641	(4.085)

23. IMPOSTOS

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e (iii) o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a recolher, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

Impostos	Alíquota
ICMS - Imposto sobre circularização de mercadorias e serviços	4%, 7%, 12%, 17% e 25%
IPI - Imposto sobre produtos industrializados	5% a 12%
PIS - Programa de integração social	1,65% e 2,30%
COFINS - Contribuição para financiamentos da seguridade social	7,60% e 10,80%

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidas no patrimônio líquido. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

Impostos diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

a) Imposto de renda e contribuição social – conciliação com o resultado

A companhia apura o imposto de renda e a contribuição social pelo lucro real. A provisão para imposto de renda foi constituída com alíquota de 15%, acrescida no adicional de 10%, e da contribuição social com alíquota de 9%.

Controladora e Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2023
Lucro/Prejuízo antes dos impostos	86.367	82.668
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ/CSLL antes das adições/exclusões	(29.365)	(28.107)
Adições/Exclusões Bases de Cálculo	(900)	(871)
IRPJ e CSLL calculados a alíquota nominal (Resultado)	(30.265)	(28.978)
Constituição/Reversão IRPJ/CSLL diferidos	2.461	553
Imposto de renda e contribuição social efetivo	(27.804)	(28.425)
Imposto de renda e CSLL correntes	(30.265)	(28.978)
Constituição/Reversão IRPJ/CSLL diferidos sobre diferença temporária – Diversas	2.461	553
Imposto de renda e contribuição social efetivo	(27.804)	(28.425)

b) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

Controladora e Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Adoção CPC 47)	300	369
Provisão para estoque obsoleto	795	792
Provisão para contingências trabalhistas, tributárias e cíveis	12.233	10.312
Provisão comissões e rebates a pagar	668	318
Obrigações pós-venda (Adoção CPC 48)	81	37
Arrendamento mercantil (Adoção CPC 06 - RTT)	(524)	(524)
Custo atribuído (Adoção CPC 37 - RTT)	(12.475)	(12.603)
Depreciação societária (Adoção CPC 27 – RTT)	(2.411)	(2.467)
Propriedade para investimento (Adoção CPC 28 – RTT)	(14.407)	(14.054)
Provisão para Distribuição de PLR	598	646
Provisão para Indenização Repres. Comerciais	2.856	2.543
Reserva de reavaliação	(410)	(413)
Outras Provisões	113	-
Imposto de renda e contribuição social diferido, líquido	(12.583)	(15.044)
Saldo Inicial	(15.044)	(14.906)
Valor registrado no resultado do exercício	2.461	(138)
Tributo diferido IR/CS	-	-
Saldo Final	(12.583)	(15.044)

c) Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela Selic dos débitos tributários

Em 24 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento de mérito do RE nº 1.063.187, fixou a tese do Tema nº 962 no sentido de ser inconstitucional a incidência do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário.

A companhia possui mandado de segurança ajuizado em abril de 2018, no qual busca assegurar o direito de excluir os denominados encargos moratórios (Correção monetária, SELIC e juros contratuais), das bases de cálculo do IRPJ e CSLL, bem como recuperar os valores recolhidos indevidamente durante os cinco anos que precederam o ajuizamento da demanda.

O referido mandado de segurança ainda está pendente decisão judicial em primeira instância.

Desta forma, baseada no parecer da assessoria jurídica, a companhia não reconheceu o crédito tributário por entender que a realização do ativo não é praticamente certa.

25. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício social. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. Não existem itens que possam gerar diferenças relevantes entre o lucro (prejuízo) básico e o diluído.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	58.562	54.243	58.732	54.126
Ações ordinárias em poder dos acionistas (em ações)	3.576.903	3.576.903	3.576.903	3.576.903
Ações preferenciais em poder dos acionistas (em ações)	2.495.225	2.495.225	2.495.225	2.495.225
Resultado básico e diluído por ação ordinária – R\$	9,64	8,93	9,67	8,91
Resultado básico e diluído por ação preferencial – R\$	10,61	9,83	10,64	9,81

26. JULGAMENTO E USO DE ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Avaliação do valor justo das propriedades para investimento

A Companhia apresenta suas propriedades para investimento a valor justo, sendo as mudanças no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. A Companhia contratou avaliadores independentes especializados para determinar o valor justo em 31 de dezembro de 2024. Para propriedades para investimento, o avaliador utilizou técnica de avaliação de valor de mercado dada a natureza das propriedades. O valor justo determinado das propriedades para investimento é sensível ao rendimento estimado, bem como à taxa de vacância de longo prazo.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade

geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Outras políticas contábeis que requerem uso de julgamento e estimativas, são:

- a) Análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- b) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; e,
- c) Constituição de provisão para perdas nos estoques.

27. TRANSAÇÕES E SALDOS ENTRE PARTES RELACIONADAS

O acionista controlador da Companhia é a Stramosk Participações S.A., o qual possui 90% das ações ordinárias e 42,23 % das ações preferenciais.

A Companhia mantém as seguintes transações com partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos aos Administradores (Ativo circulante)	3	-	3	-
Empréstimo para empresa ligada (Ativo não circulante)	1.432	1.352	-	-
Pró-labore (Passivo Circulante)	169	160	169	160
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.266	1.192	(166)	(160)

(a) Valores classificados em obrigações sociais e trabalhistas.

As transações estabelecidas e acima apresentadas não preveem qualquer atualização sobre os termos firmados.

(b) Remuneração dos administradores

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da Assembleia Geral Ordinária de 17 de abril de 2024, o montante da remuneração anual paga ao pessoal chave da administração são divulgados a seguir, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas:

Controladora e Consolidado			
	Membros	31/12/2024	31/12/2023
Conselho de administração	5	3.929	2.963
Diretoria administrativa	2	2.992	2.646
		6.921	5.609

Em 31 de dezembro de 2024 a administração da Companhia era composta por 5 conselheiros, sendo 4 conselheiros pela controladora e 1 conselheira pelos minoritários e 2 diretores estatutários. Os membros do Conselho de Administração foram remunerados respeitando os limites aprovados pela AGO. Não há benefícios de longo prazo pós-emprego.

28. OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Recebíveis: São classificados como recebíveis os valores de numerário em poder da Companhia e depósitos bancários de livre movimentação, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.

Empréstimos e financiamentos: São classificados como passivos financeiros são mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da administração reflete a informação contábil mais relevante.

Outros passivos financeiros: São classificados neste grupo os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes.

Valor justo: Os valores justos dos instrumentos financeiros são similares aos valores contábeis.

Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros: A Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

28.1 Fatores de Risco

a) Risco de taxas de câmbio

A Companhia administra os riscos de mercado através de hedge naturais, visando minimizar a exposição a possíveis perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia possui ativos atrelados à moeda estrangeira nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 e, para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário Provável a taxa de mercado vigente no período de elaboração destas demonstrações. Para o cenário Possível esta taxa foi corrigida em 25% e para o cenário Remoto, em 50%. Desta forma, o quadro abaixo demonstra a simulação do efeito de variação cambial na demonstração de resultado. Abaixo apresentamos a análise de sensibilidade da exposição ao câmbio.

Controladora e Consolidado

	Moeda	31/12/2024	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
			Taxa	Efeito no resultado	Taxa	Efeito no resultado	Taxa	Efeito no resultado
Ativos								
Contas a receber	US\$	1.593	6,19	-	7,74	2.466	9,29	4.933
Passivos								
Financiamentos	US\$	120	6,19	-	7,74	(186)	9,29	(372)
Efeito no resultado				-		2.280		4.561

A análise de sensibilidade da variação cambial está sendo calculada sobre a exposição cambial líquida (basicamente por adiantamentos de contrato de câmbio) e não foi considerado o efeito nos cenários sobre a projeção de vendas de exportação que de certa forma fará frente à eventual perda cambial futura.

b) Risco de taxa de juros

Para a política de gerenciamento do risco de taxa de juros, a Companhia adota a estratégia de diversificação de instrumentos financeiros lastreado em taxas fixas e variáveis, monitorando continuamente o mercado, a fim de identificar eventual necessidade de alteração no seu posicionamento. Os empréstimos e financiamentos, exceto aqueles contratados em moeda estrangeira, são atrelados à taxa de juros pré e pós-fixada. Abaixo apresentamos a análise de sensibilidade da exposição de juros.

Controladora e Consolidado

	Indexador	31/12/2024	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
			Taxa a.a.	Efeito no resultado	Taxa a.a.	Efeito no resultado	Taxa a.a.	Efeito no resultado
Financiamentos								
Capital de Giro	CDI	574	11,09%	(64)	13,86%	(80)	16,64%	(96)
BNDDES	TJLP	2.563	12,55%	(322)	15,69%	(402)	18,83%	(483)
BNDDES Finame/Itaú	TJLP	6.520	6,84%	(446)	8,55%	(558)	10,26%	(669)
BNDDES Finame/Itaú	TJLP	3.177	7,06%	(224)	8,82%	(280)	10,59%	(336)
Finep	TJLP	4.008	5,58%	(223)	6,97%	(279)	8,36%	(335)
Efeito no resultado				(1.279)		(1.599)		(1.919)

c) Risco de crédito

A política de gerenciamento do risco de crédito se pauta no permanente monitoramento e manutenção das concessões e limites de crédito, adotando, quando necessário, o acompanhamento do nível de endividamento e liquidez dos clientes. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições julgada com baixo risco pela administração.

d) Risco de preço dos materiais

Para se proteger do risco de perdas com flutuações nos preços dos materiais, a administração da Companhia mantém sua estratégia focada no controle físico dos estoques, adotando a política de estocagem na eminência de elevações significativas no preço da matéria-prima, e de baixas posições de estoque na situação inversa.

e) Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos.

f) Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas.

29. COBERTURA DE SEGUROS

A companhia trabalha continuamente com a identificação, análise e administração de riscos, verificando a melhor forma de gerenciamento de transferência, absorção ou compartilhamento do risco com o mercado segurador. As premissas são de responsabilidade da administração da Companhia. Os bens estão assegurados conforme discriminado a seguir:

Controladora e Consolidado			
Modalidade	Objeto	Cobertura	Vigência
Casco (avaliado pela tabela FIPE)	Veículos	R\$ 834 (Mil)	Diversos
Incêndio, inclusive quando decorrente de tumulto, explosão de qualquer natureza e queda de raio, desde que ocorrida dentro da área do terreno ou edifício onde estiverem localizados os bens segurados, danos elétricos, lucros cessantes, responsabilidade civil do empregador e operações, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, impacto de veículos terrestres e aéreos e fumaça.	Prédio / Maquinismo / Móveis e Utensílios / Mercadorias e Matérias-primas	R\$ 162.000 (Mil)	De 13/04/2024 a 13/04/2025
Responsabilidade civil	D&O Diretores, Conselheiros e Administradores	R\$ 100.000 (mil)	De 20/06/2024 a 20/06/2025

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Aos
Administradores e Acionistas da
METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.
Rio do Sul/SC**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da METALÚRGICA RIOSULENSE S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da METALÚRGICA RIOSULENSE S.A. e sua controlada (consolidado), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da METALÚRGICA RIOSULENSE S.A. (Companhia) e da METALÚRGICA RIOSULENSE S.A. e sua controlada (Consolidado) em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

1. Avaliação dos Estoques, Custos de Produção e Ociosidade

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou saldo de estoques de R\$ 97.519 mil (controladora e consolidado), um aumento significativo em relação ao ano anterior (R\$ 66.202 mil em 2023). Estoques são registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável, e a administração deve avaliar continuamente a necessidade de provisões para perdas devido à obsolescência e ociosidade. O reconhecimento e a mensuração dos estoques são impactados por fatores como a metodologia de custeio, a entrega dos itens, o direcionamento de provisão para estoques obsoletos e a alocação dos custos indiretos de produção.

Como a auditoria conduziu esse assunto:

- Avaliamos os métodos de reconhecimento e mensuração dos estoques, incluindo o cálculo do custo médio, o custo de produção e o custo dos produtos vendidos.
- Testamos o controle utilizado nos estoques obsoletos, considerando a política da Companhia.
- Inspecionamos fisicamente os estoques e acompanhamos procedimentos de inventário para verificar a precisão dos registros, de forma amostral.
- Avaliamos a metodologia de alocação dos custos indiretos de produção e a ociosidade fabril.
- Verificamos a adequação das divulgações realizadas nas projeções financeiras.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e metodologias adotadas pela Companhia para mensuração dos estoques são adequados e estão refletidos, em todos os aspectos relevantes, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2. Reconhecimento de Passivos Fiscais Diferidos

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou saldo de passivos fiscais diferidos no valor de R\$ 12.583 mil (controladora e consolidado). Esses passivos decorrem, principalmente, de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais para reconhecimento de determinados ativos e passivos, impactando o imposto de renda e a contribuição social diferida. A correta mensuração e reconhecimento dos passivos fiscais diferidos exclui julgamento da administração sobre a realização futura dessas diferenças temporárias, considerando alterações na legislação tributária, projeção de resultados e reversão de incentivos fiscais. Uma avaliação incorreta pode resultar na sub ou superavaliação dos tributos diferidos, impactando a posição patrimonial e os resultados futuros da Companhia.

Como a auditoria conduziu esse assunto:

- Avaliamos os principais componentes dos passivos fiscais diferidos e testamos os cálculos realizados pela Companhia.
- Analisamos a coerência das substituições utilizadas na projeção de reversão das diferenças temporárias.
- Verificamos a conformidade dos critérios de reconhecimento com as normas contábeis aplicáveis e a legislação tributária vigente.
- Avaliamos se as divulgações nas projeções financeiras refletem a composição, origem e expectativa de liquidação dos tributos diferidos.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios adotados para reconhecimento dos passivos fiscais diferidos são esperados no contexto das demonstrações individuais e consolidadas.

3. Reconhecimento de Receita de Contratos com Clientes

A Companhia obteve receita operacional líquida de R\$ 380.752 mil (controladora e consolidado) em 2024, apresentando um crescimento em relação ao ano anterior (R\$ 341.433 mil em 2023). A receita é reconhecida conforme a transferência do controle dos produtos aos clientes, podendo ocorrer no momento da entrega ou ao longo do tempo, dependendo da natureza do contrato. A mensuração e o reconhecimento da receita podem envolver julgamentos relacionados ao momento da transferência do controle, existência de cláusulas contratuais específicas e possibilidade de descontos ou descontos concedidos. O risco de reconhecimento indevido da receita pode impactar a correta apresentação do desempenho da Companhia.

Como a auditoria conduziu esse assunto:

- Obtivemos entendimento sobre os processos de venda e reconhecimento de receita da Companhia.
- Avaliamos, com o suporte de especialista, os controles internos relacionados ao faturamento e à entrega dos produtos.
- Testamos, por amostragem, transações de venda para verificar a ocorrência, exatidão e correta alocação temporal.
- Revisamos os contratos de venda para verificar a existência de cláusulas que possam impactar o reconhecimento da receita.
- Analisamos as divulgações nas projeções financeiras planejadas e completas.

Com base nas provas obtidas, consideramos que o reconhecimento das receitas e as respectivas divulgações estão previstas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

4. Provisão para Contingências

A Companhia estabeleceu provisões para contingências no montante de R\$ 35.980 mil (controladora e consolidado) em 2024, um aumento em relação ao ano anterior (R\$ 30.329 mil em 2023). Esses valores estão relacionados principalmente aos processos trabalhistas e tributários. A avaliação das probabilidades de perda e a mensuração das disposições requer julgamento significativo por parte da Administração e de seus assessores jurídicos. Mudanças no entendimento legal, decisões judiciais ou alterações regulatórias podem impactar os valores provisionados.

Como a auditoria conduziu esse assunto:

- Obtivemos e analisamos a lista detalhada dos processos administrativos e judiciais da Companhia.
- Discussões com a Administração e com os assessores jurídicos internos e externos sobre o status dos processos mais relevantes.
- Verificamos a consistência da classificação dos processos quanto à probabilidade de perda (remota, possível ou provável) e a adequação dos valores provisionados.
- Testamos os cálculos das provisões e sua correta apresentação nas demonstrações financeiras.
- Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras, contemplando as notas explicativas, refletem os riscos e estimativas envolvidas.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios adotados para reconhecimento e divulgação das contingências são adequados e estão refletidos, em todos os aspectos relevantes, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos na norma citada e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas comparativas de 31 de dezembro de 2023

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da METALÚRGICA RIOSULENSE S.A do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas comparativamente, foram auditadas por nós, com emissão de relatório sem modificação de opinião, datado de 16 de fevereiro de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou de suas controladas ou cessar suas operações ou de suas controladas, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para



o interesse público.

Florianópolis, 19 de fevereiro de 2025.

VGA AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/SC 618/O-2 CVM 368-9

GUILHERME LUIS
SILVA:812467499

04

GUILHERME LUIS SILVA
Diretor
CRC/SC 19.408/O-2

Assinado digitalmente por GUILHERME LUIS
SILVA:81246749904
ND: C=BR; O=CP-Brasil; OU=80672567000114; OU=PRESENCIAL; OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB; OU=RFB e-CPF A3; OU=EM BRANCO; OU=AC
Instituto Fecap RFB, CN=GUILHERME LUIS
SILVA:81246749904
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localizador:
Data: 2025.02.19 14:01:26-03'00"
Foxit PDF Reader Versão: 2024.4.0